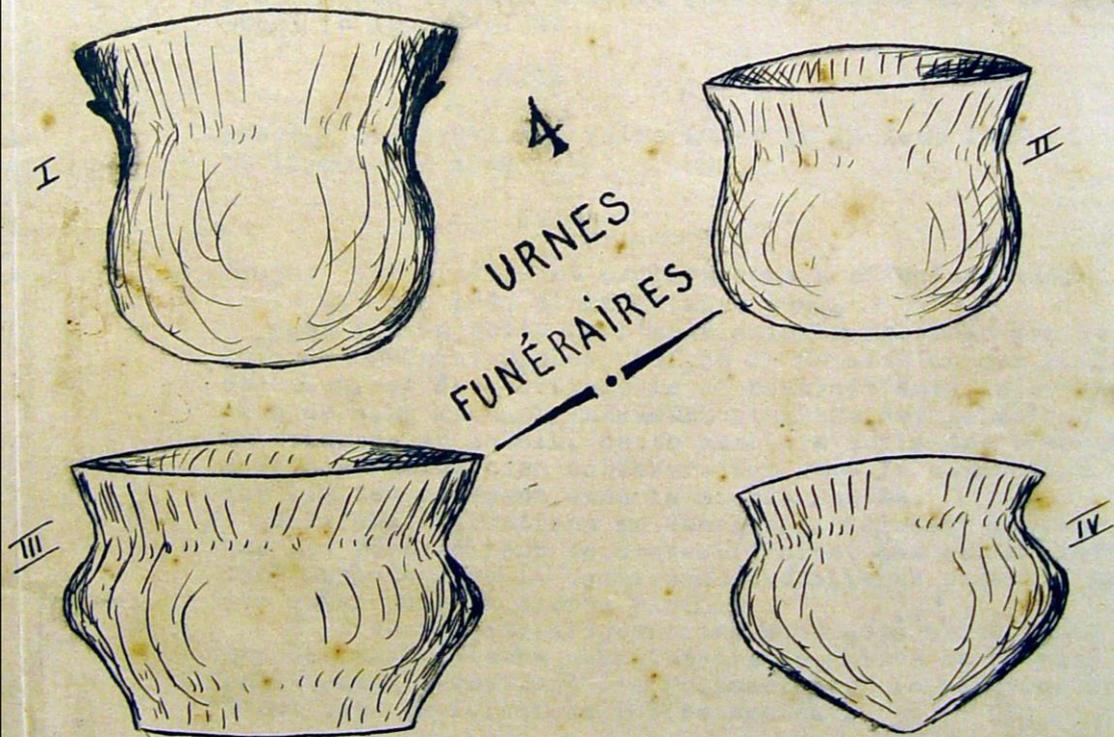


EXPOSÉ

SUCCINCT DES TRAVAUX
DE LA MISSION

— Professeur MARCEL HOMET
GENEVIÈVE LASFARGUES —



I SERRA DE ANARO

II SERRA DO BANCO

III SERRA DO BANCO

IV SERRA DE PERDIS

23A05

Desenhos de fragmentos arqueológicos.
Expedição Arqueológica e Etnográfica de Marcel Homet (1949-1950), Boa Vista, RO
(AHC/MAST, Fundo CFE).

AS CIÊNCIAS NATURAIS E A “COBIÇA” SOBRE A AMAZÔNIA

Heloisa Maria Bertol Domingues*

1. Introdução

Este trabalho foi inspirado numa ampla pesquisa sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), enquanto um projeto prioritário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando esta foi criada em 1946, no contexto do imediato pós-Segunda Guerra (PETITJEAN; DOMINGUES, 2000; DOMINGUES, 2007).¹ O IIHA era uma proposta de vanguarda, pois seria o primeiro instituto de pesquisa internacional, e suas práticas científicas em relação à natureza, contrariamente às colonialistas, dominantes desde os idos dos séculos anteriores, enquadravam-se na proposta da UNESCO, que, engajada numa visão epistemológica inspirada em princípios da teoria da seleção natural, pressupunha que as sociedades, como a natureza, avançaram na medida em que cooperaram, no caso, cientificamente, ao trocarem espécies biológicas, materiais tecnológicos, cultura, transformando o meio e as relações sociais. O projeto do IIHA significava pois a emergência de novos valores sociais nas ciências, tanto naturais quanto sociais.

A prática das Ciências Naturais, associada diretamente a trabalhos de campo, instiga a análise histórica, na medida em que questões atuais, como mudanças climáticas, desmatamento ou poluição ambiental fizeram emergir uma espécie de ansiedade geral e, como disseram Henrika Kuklick e Robert Kohler (1996), deram nova respeitabilidade e urgência ao complexo problema dos trabalhos de campo nas ciências. A Amazônia pode ser vista como um grande exemplo histórico do quanto os trabalhos de campo nas Ciências Naturais contribuíram para moldar as representações que se fizeram sobre ela, tanto quanto para definir o valor político e econômico que ganhou, a ponto de tornar-se objeto de “cobiça internacional”, como qualificou Arthur Cezar Ferreira Reis (1960). Este capítulo, que traz subjacente a ideia desse estudioso, destaca pesquisas de campo que, realizadas ao longo dos últimos dois séculos, chamam a atenção pelo modo como interpretaram a natureza da Amazônia e nela, ou partir dela, empreenderam relações sociais. Cobiça econômica, cobiça teórica e cobiça política criaram representações na medida em que as lentes observadoras de diferentes especialidades científicas avançaram sobre o meio e as diferentes sociedades que buscavam conhecer, ou explorar.

* Historiadora das Ciências, obteve o doutorado em História Social [das ciências] pela Universidade de São Paulo (USP), e logo depois ingressou no MAST, sendo atualmente pesquisadora titular nessa instituição. Foi coordenadora das áreas de Arquivo e Documentação e de História da Ciência do MAST. Em diferentes ocasiões, entre 1997 e 2004, atuou como pesquisadora visitante em Paris, no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), junto à equipe internacional e interdisciplinar denominada “Recherches Epistémologiques et Historiques sur les Sciences Exactes et les Institutions Scientifiques” (REHSEIS). Na sua produção acadêmica, destaca-se a publicação de diversas obras ligadas à história das teorias e da política científica ligadas à exploração dos recursos naturais da Amazônia, e à história da Antropologia no Brasil. É professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e desde 2013, diretora do MAST. E-mail: heloisa@mast.br.

¹ Entre outros textos, ver também: DOMINGUES, Heloisa M. Bertol; PETITJEAN, Patrick. *A Divisão de Ciências Naturais da UNESCO e o Brasil: o Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1953)*. Projeto de pesquisa de Cooperação Internacional (CNPq). Rio de Janeiro, 1998-1999/2001-2002; e DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. *O Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica na UNESCO e as Ciências Naturais (1945-1954)*. Projeto de Auxílio à Pesquisa (CNPq). Rio de Janeiro: 2001-2002.

2. Colonialismo e a [desconhecida] Amazônia

A natureza do Novo Mundo, desde os tempos das grandes navegações, foi objeto de exploração e rapidamente atraiu estudos naturalistas realizados durante as conhecidas expedições que perscrutaram os mais diversos lugares até então “desconhecidos”. Elas ligavam-se ao que veio a ser chamado de “ciência moderna”. No início, ainda nos tempos do mercantilismo, os metais preciosos foram objeto de maior atração, e a busca pelo ouro e pela prata fez com que muitos europeus cruzassem os mares, fazendo desenvolver rapidamente os conhecimentos da Astronomia e, a partir dela, da Geografia. O reconhecimento do espaço físico, que permitisse a ida e a volta dos viajantes, era a primeira condição para o sucesso de uma expedição.

As expedições de exploração do meio foram concomitantes ao processo de colonização do Novo Mundo que teve lugar ao longo daqueles três séculos. As práticas científicas que serviam à delimitação de fronteiras e à abertura de caminhos foram, nesse tempo, iniciativa militar e religiosa, pois as missões obrigavam o conhecimento dos caminhos para instalação de conventos e colégios, assim como de fortificações militares (ABOU, 1995). Realizado no ambiente de crescimento do sistema capitalista europeu, o processo de exploração científica dos produtos da natureza criou uma intimidade forte entre produção de conhecimentos e produção comercial.

O número de expedições cujo objetivo principal era o conhecimento e a exploração dos recursos da natureza cresceu muito nos últimos anos do século XVIII, no caso do Brasil, e multiplicou-se de modo ainda mais acentuado no século XIX, após a abertura dos portos, quando da chegada da Corte ao Rio de Janeiro. A natureza, com tudo o que ela podia produzir, instigou viagens aos quatro cantos do mundo. A Botânica, a Zoologia, a Mineralogia, a Etnografia tornaram-se conhecimentos dominantes no conjunto das ciências, desde as últimas décadas do século XVIII. A introdução de novos recursos naturais nos mercados determinou um desenvolvimento ímpar à agricultura e à economia. Como bem sublinhou o historiador Eric Hobsbawn em seu livro sobre a Revolução Industrial, quando

[...] a uma idade em que os homens tratavam de descobrir a romântica e misteriosa individualidade de suas nações para reclamar-lhes missões messiânicas se eram revolucionários, ou para atribuir sua riqueza e poderio a uma “inata superioridade”, a “história natural” era simpática, pois representava o caminho à espontaneidade da verdadeira e incorruptível natureza (HOBSBAWN, 1976, p. 516).

No Brasil, as Ciências Naturais desempenharam esse papel de que falou Hobsbawn, e pode-se dizer que foram elemento condicionante de todo o processo de consolidação do Império como Estado-Nação, no século XIX. De fato, o movimento das expedições naturalistas ao Brasil intensificou-se já em fins do século XVIII, nos extertores do processo colonial.

Para o historiador Rodolfo Garcia (1922), autor de um trabalho de fôlego sobre a história das expedições científicas no Brasil, o marco das expedições naturalistas ao país foi a viagem à Amazônia realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Esta expedição foi representativa da política empreendida por Portugal naquele momento em que o regime colonial começava a ruir. Alexandre Rodrigues Ferreira foi nomeado pela rainha de Portugal, em 1783, para realizar observações sobre “os três reinos” da natureza (mineral, animal e vegetal) e sobre as populações, abrangendo a agricultura, a navegação, o comércio e as manufaturas, com a finalidade de avaliar o estado da colonização naquela região. Ele viajou pela Amazônia e sua viagem “filosófica” (porque política) durou até 1792; para as Ciências Naturais, resultou num representativo levantamento da flora, da fauna e dos minerais da região, bem como num dos primeiros trabalhos sistemáticos sobre a etnografia indígena. Foi uma expedição da colonização. Isso é perceptível quando se atenta para o que ele mesmo registrou no diário da viagem pelo Rio Negro. Alexandre Rodrigues Ferreira definiu os índios como “selvagens”, mas distinguiu aqueles que considerava “civilizados”, que eram parte da sociedade, na medida em que, escravizados, estavam relativamente aculturados, trabalhando para

os portugueses, seja nas fazendas, seja no fabrico de objetos comercializáveis. Contrapunha-os aos que, arredios, resistiam à escravidão e no mais das vezes atacavam fazendas e colonizadores. Estes, Alexandre Ferreira comparou-os aos animais, justificando os massacres que sofriam. Ele comentou no seu diário episódios do gênero, que havia presenciado, dando razão aos colonizadores (FERREIRA, 1983).

A imensa floresta amazônica, banhada por uma das maiores concentrações hidrográficas do mundo, sempre causou grande impacto aos exploradores, naturalistas ou simples aventureiros. Os estudos no norte da América do Sul datam do século XVI, quando os primeiros portugueses chegaram à região e fizeram observações sobre a natureza, que contribuíram para a sua subsequente exploração. Dentre os primeiros relatos sobre a Amazônia encontra-se o do Pe. João Daniel, escrito na prisão, em Portugal, em 1574 (DANIEL, 2004).² Jesuítas, espanhóis e alemães, fizeram observações astronômicas e geográficas ainda no século XVII, das quais resultaram os primeiros mapas da região. Rodolfo Garcia mostrou que, em 1639, o jesuíta Cristobal D'Acuña chegou ao atual estado do Pará viajando pelo Rio Amazonas. Suas observações astronômicas foram enviadas a Paris, juntamente com relatos sobre as riquezas da região, basicamente os metais, bem como sobre os usos e costumes dos índios. Em 1655, utilizando as observações de Acuña, o Conde de Pagan publicou *Relation historique e géographique de la grande rivière des Amazones, dans l'Amérique* (GARCIA, 1922). O mapa que resultou desse trabalho foi muitíssimo utilizado posteriormente, como destacou Garcia.

No século XVIII continuaram as explorações fluviais no Amazonas, e também nos Rios São Francisco e Tietê (São Paulo), avançando sobre o interior do Brasil. No final deste século Alexander von Humboldt visitou a Amazônia, embora não na sua parte luso-brasileira,³ e cunhou o termo “hiléia”, sob o argumento de que aquele era um *habitat* especial. Um pouco antes, em 1736, destacou-se a expedição astronômica de Charles-Marie de La Condamine à América do Sul, com a finalidade de realizar a medição do arco meridiano na linha do Equador. Com a anuência do governo português, La Condamine desceu o Rio Solimões, na região do Amazonas, até Belém. Os seus relatos são conhecidos. Suas observações sobre o uso da borracha pelos índios contribuíram decisivamente para a divulgação desse produto mundo afora (LA CONDAMINE, 1981, p. 73-75). La Condamine falou de diversos conhecimentos tradicionais: do ópio, dos óleos, das madeiras, dos venenos “que neutralizavam os animais”. Mas a borracha, pela sua importância para a Revolução Industrial, pode ser considerada o grande símbolo do colonialismo científico.

A Amazônia foi também palco da construção da revolucionária teoria da seleção das espécies, graças à viagem e às observações dos naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace, que chegaram aos mesmos resultados de Charles Darwin, praticamente ao mesmo tempo, e, além do mais, mostraram a diversidade biológica da região e toda sua importância.⁴ Em 1865, Louis Agassiz, dirigindo a famosa expedição Thayer, viajou ao Amazonas com a finalidade de provar que a teoria de Darwin não tinha fundamento, o que, sabidamente, ele não conseguiu. A despeito disso, deu a conhecer ao mundo científico mais de 2.500 espécies de peixes amazônicos, confirmando a diversidade das espécies (AGASSIZ; AGASSIZ, 1938; SOUZA, 2009). Suas palestras para as companhias americanas descreveram o cotidiano amazônico e toda a potencialidade da região em termos de riqueza para a produção econômica, além do debate científico que provocaram. Frederico de Sant'Anna Nery, no seu livro *O país das Amazonas* (1885), observou que Agassiz, apesar de ictiólogo, havia afirmado que, do ponto de vista industrial, o valor das matas era

² Esse texto foi publicado pela primeira vez, no século XIX, em diferentes números da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

³ Na época da viagem de Humboldt à América do Sul, as fronteiras da colônia portuguesa ainda estavam fechadas a todos aqueles que não fossem súditos do Rei de Portugal.

⁴ Na verdade, a disputa entre Darwin e Wallace apressou a publicação do livro do primeiro, *A Origem das Espécies*, em 1859.

muito maior do que o da Bacia Amazônica. Não havia essências mais admiráveis do que naquelas matas; madeiras para a construção, havia de toda espécie, especialmente para a fabricação de móveis de luxo. Eram inigualáveis, afirmava Agassiz, estupefato porque a exportação ainda não tinham se desenvolvido: “já que os rios que correm nessas magníficas florestas parecem ter sido traçados com o propósito expresso de servir, em primeiro lugar, de força motriz às serrarias estabelecidas em suas margens, e em seguida, de meio de transporte para os produtos” (AGASSIZ, apud SANTA-ANNA NERY, 1979, p. 194). Lembrava ainda da importância das resinas, das frutas, dos óleos, das matérias corantes, das fibras têxteis, que se podia colher facilmente.

O início da navegação comercial na Amazônia, organizada em 1870 pelos ingleses e encampada logo depois pelo Barão de Mauá, evidencia o crescente interesse pelas matas e pelo que dela se poderia extrair. Com a Companhia de Navegação inglesa, viajou pela Amazônia o botânico James William Trail, que explorou a região e levou para Kew Gardens, o jardim botânico inglês, muitas amostras de espécies que coletou (SÁ, 2001).

Na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ (surgida em 1883), a exploração da Amazônia foi tema recorrente. Por ali passaram diversos naturalistas conhecidos no mundo europeu, depois de suas viagens pelo Brasil. Karl von den Steinen, depois da sua viagem ao Xingu, apresentou e discutiu suas observações na SGRJ. Da mesma forma, foram publicados na *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, entre outros, os resultados da viagem que Henri Coudreau empreendeu em 1895 pela mesma região, quando enfatizou a ideia de que o Brasil era entrecortado por uma “fronteira étnica”, uma vez que, na sua avaliação, entre a região de Sete Quedas e o norte de Goiás e Mato Grosso não vivia nenhum ser “civilizado”, apenas índios “selvagens” (COUDREAU, 1940). No Pará ficavam de um lado os “mansos” Jurunas e, de outro, os “ferozes” Botocudos e Suyás, assim como os Tapanhumas e Nambiquaras, na região do Alto Tapajós e do Mato Grosso. Por isso aquela parte do Brasil podia ser considerada um “limite etnográfico” (COUDREAU, 1977).

A forte concepção colonialista de Coudreau faz com que sua viagem pela Amazônia ganhe interesse especial. Professor universitário, membro da Société Internationale d'Études Brésiliens e da Société Agricole et Industrielle de Guyane Française, Coudreau viajou pela Amazônia entre 1881 e 1885, com a missão científica do governo francês de estudar a Guiana Francesa e a Amazônia. No livro que publicou como resultado da primeira viagem (1886), pelo qual recebeu medalha de ouro da Société de Géographie Commerciale de Paris, Coudreau se disse um convicto teórico do colonialismo. Na conclusão, assinalou que para ele, assim como para seu “mestre” Ludovic Drapeyron, a ciência geográfica era a verdadeira teoria colonial, pois englobava tudo. A Geografia era uma filosofia para as Ciências Sociais, para a ciência do bem-estar, isto é, da utilização das coisas e das forças, indo até a economia doméstica e às pequenas rusgas das eleições municipais (COUDREAU, 1886, p. 432). O livro foi dividido em duas grandes partes, sendo uma dedicada à crítica da colonização da Guiana e outra dedicada à mostrar que a Amazônia, “um reino geográfico distinto”, era a região que, devido ao seu potencial e à maneira como os portugueses, e depois os brasileiros, souberam conquistar a natureza e os índios, reunia todas as condições para ser uma grande nação (Coudreau falava em separatismo).

Ao falar do trabalho de preparação dos terrenos na Amazônia, Coudreau manifestou sua posição política, a qual se identificava com a teoria colonial, porque, dizia, esta era contrária ao comunismo e ao socialismo. Ele explicava que para o trabalho de preparação da terra, para a agricultura, era preciso levar imigrantes para a Amazônia – chineses, hindus, “negros” –, que deveriam ser organizados por companhias agrícolas, pois “é preciso ser um socialista robusto e forte para acreditar que os trabalhadores, domésticos ou assalariados do trabalho privado, desaparecerão de nossas sociedades” (Ibidem, p. 435). E continuava: “Eu gostaria de ver alguns dos nossos mais fervorosos adeptos das escolas comunistas, virem, sobretudo no início da

colonização, cultivar a mandioca sob o equador, em companhia dos seus irmãos e amigos, os bons índios ou os bons negros” (Idem). Coudreau enfatizava a hierarquia racial, dizendo que era sobretudo nas regiões tropicais que as raças “inferiores”, até a completa extinção, encontrariam seu emprego, tornando-se “coolies” para os europeus, que apenas se ocupariam da direção geral dos trabalhos (Ibidem, p. 342).

A Amazônia, Coudreau a estudou sob oito aspectos: o desenvolvimento econômico, o meio, a vida econômica, a colonização, a aclimação da raça branca, a instalação europeia, a colônia francesa e as ideias autonomistas – neste último caso, por estar envolvido politicamente com as questões dos limites da Guiana (SANJAD, 2010). Como um bom colonialista, Coudreau não deixou de concluir que a França deveria estar pronta para também participar do promissor desenvolvimento da Amazônia. Em 1895, desentendimentos com as autoridades coloniais francesas fizeram com que Coudreau se colocasse a serviço do estado do Pará (durante os governos de Lauro Sodré e Paes de Carvalho), para explorar os afluentes do Rio Amazonas, no momento do *boom* da borracha. Ele faleceu em 1899, próximo a Óbidos, durante expedição no Rio Trombetas (BENOIT, 2000; PETITJEAN, 2012).

Menos radical do que Coudreau, Paul Le Cointe partilhava da mesma ideia de que a França deveria participar ativamente da conquista do território ainda inexplorado. Ex-preparador químico da Universidade de Nancy, Le Cointe foi para a Amazônia em 1891, em missão diplomática, com a finalidade de explorar uma região de litígio, o qual terminou pouco tempo depois. Decidiu no entanto permanecer na Amazônia, e em 1896 foi nomeado agente consular da França, em Óbidos (PETITJEAN, 2012, p. 84), onde constituiu família. No mesmo ano de 1896 foi eleito membro da Société de Géographie Commerciale de Paris, em cuja revista publicou vários de seus trabalhos sobre a Amazônia, os quais lhe renderam um prêmio, em 1904.

Na Amazônia, Le Cointe trabalhou abrindo estradas, levantando cartas geográficas e estudando os recursos naturais. Além dos muitos trabalhos publicados nas revistas especializadas em Geografia, publicou, depois da Primeira Guerra, o livro *L'Amazonie Brésilienne* (1922),⁵ que lhe rendeu a honraria máxima na França: Cavaleiro da Legião de Honra (PETITJEAN, 2012, p. 92). O livro, concebido em três volumes, teve dois deles concluídos em 1915 e editados em 1922, por Augustin Collamel, em Paris. O terceiro volume, escrito e publicado em português, foi concluído em 1934, em Belém. Sob o título *Estado do Pará – A Terra, a Água e o Ar*, foi editado como parte da Coleção Brasileira, em 1945.⁶ O livro apresenta-se como um grande quadro geográfico, e trata desde a situação geográfica, passando pela Geologia, Orografia, Hidrografia, clima, fauna, flora e minerais. Os dois maiores capítulos são os que falam dos animais (“Fauna – Caça e Pesca”) e das plantas (“Flora”). Neste último, Le Cointe compôs um grande quadro das plantas amazônicas, no qual descreveu o seu uso, suas propriedades naturais, potencialidades e viabilidade econômica, fornecendo dados estatísticos de sua incidência e produção na região. O grande volume de trabalhos na região lhe rendeu, como a Coudreau, um prêmio da Société de Géographie Commerciale de Paris. Em 1920, com o intuito de formar especialistas na região, Le Cointe fundou a Escola de Química Industrial, ligada ao Museu Comercial do Pará (BASSALO; LIMA, 1996). Essa Escola unia Química e Botânica e produziu vários estudos sobre as plantas de uso regional.

Para Le Cointe, a Amazônia era também um lugar de inesgotáveis riquezas e, apesar do clima “enervante”, facilmente explorável. Ao chamar a atenção para fatos relevantes das “riquezas” amazônicas, dizia que elas eram exploradas para a exportação; que não eram cultivadas, e sim, extraídas da vegetação natural. Os produtos que prometiam ser os mais importantes para o mercado eram a seringa, para a produção da borracha, os frutos oleaginosos, o cacau. Le Cointe

⁵ O livro havia terminado em 1915, mas a guerra retardou a publicação. Os dados estatísticos foram atualizados.

⁶ O livro tem ainda outro subtítulo, em letras menores: “a Fauna e a Flora, Minerais” (LE COINTE, 1945).

também chamou a atenção para as madeiras, relativamente pouco exploradas, embora mais importantes porque, pela variedade, se prestavam às mais diversas construções (LE COINTE, 1922, v. 2, p. 7). Imbuído dos valores coloniais, dizia que os “capitalistas” franceses encontrariam na Amazônia um campo aberto para investimentos, e que deveriam empregar os próprios franceses para controlar as empresas que ali se instalassem. Falou da simpatia dos amazonenses pela cultura francesa, o que já havia sido sublinhado por Coudreau, pois até mesmo o “14 de julho” era festejado pelos amazonenses; além disso, o francês era uma língua corrente. “N’est-ce pas un motif suffisant pour que j’essaye d’attirer sur l’Amazonie l’attention de mes compatriotes?” – foi a última frase de Le Cointe na edição francesa do livro de 1922. Seu discurso, como o de Coudreau, enquadrava-se no discurso colonial que norteava as missões “civilizadoras”, como as empreendidas pela França e por tantos outros países. Em geral refletiam um pretensão altruísmo, que escondia o objetivo de explorar os recursos naturais, conforme assinalou o historiador francês Patrick Petitjean (2012, p. 61).

A colonização econômica, baseada na exploração dos produtos amazônicos, na visão desses especialistas, somente se realizaria com a migração e, no mais das vezes, toda a descrição sobre a prodigalidade do meio físico se dava em função de justificar a migração de europeus ou de povos de outras culturas, nesse último caso questão mais discutida. O amazonense, Barão de Sant’Anna Nery, foi um dos grandes propagandistas da Amazônia na Europa, e disse que o fez por amor à pátria. Desde 1883, ele, pessoalmente, empenhava-se em difundir noções mais precisas sobre aquela região, com textos em jornais e revistas, em brochuras e publicações de toda espécie, em palestras, e também nas exposições de Antuérpia, de Beauvais, de Bourges, de Paris e do Museu Comercial de Paris, em geral sem nenhuma ajuda oficial do governo brasileiro. Ele constatava com orgulho que alguns imigrantes haviam se decidido a partir depois de ler seus textos, o que significava que a propaganda surtia efeito. Apresentava-se como um propagandista da colonização da Amazônia. Sant’Anna Nery, reconhecido internacionalmente por sua adesão à colonização da Amazônia, prefaciou o livro de Coudreau, acima referido, onde afirmou: “O Sr. Coudreau nos dá a nota atual, a sensação do dia, o progresso da hora presente e o boletim da vitória do amanhã” (COUDREAU, 1886, p. XV).

No despontar do século XX, o potencial natural da Amazônia era propalado mundo afora. Ainda em 1874, o governador do Amazonas dizia, em relatório sobre as condições de produção da província, que se fossem bem aproveitados os seus recursos naturais, em pouco tempo a região sozinha poderia multiplicar as exportações do país (REIS, 1989). Era o tempo em que o norte do Brasil exportava o produto da *Hevea brasiliensis* (seringueira) em grande escala, vindo a dominar o comércio mundial. Nesta época, surgia o primeiro Museu de História Natural da região, o Museu Paraense Emílio Goeldi.⁷

O Museu de História Natural do Amazonas, localizado em Belém, no Pará, funcionou precariamente nos seus primeiros anos, mas foi reorganizado na década de 1890, quando passou a contar com duas seções, Botânica e Zoologia, que no seu conjunto compreendiam a Zoologia geral e aplicada, a Anatomia comparada, a Paleontologia geral, a Geologia, a Mineralogia, a Botânica, geral e aplicada, a Paleontologia vegetal, a Etnografia, a Arqueologia e a Antropologia (NERY, 1979, p. 176). A mudança se deu quando, em junho de 1894, o naturalista Emílio Goeldi, demitido pouco tempo antes do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi nomeado diretor, imprimindo à instituição as feições científicas que perduraram mesmo depois de sua saída. Em reconhecimento ao seu trabalho, e pelos levantamentos geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos e sobre a população que realizou, fornecendo argumentos à defesa dos interesses do Brasil no julgamento internacional sobre a incorporação do território do Amapá, em 1900, o governador do estado do Pará homenageou-lhe, dando seu nome ao museu.

⁷ O Museu Goeldi foi organizado por Domingos Soares Ferreira Penna, então naturalista-viajante do Museu Nacional em comissão no Pará.

3. A “cobiça” na Amazônia

Arthur Cezar Ferreira Reis, no livro em que tratou a história da Amazônia sob a perspectiva da “cobiça” internacional (1960), observou que o crescimento econômico da região, em função da vultosa exportação, particularmente da borracha, resultou num crescimento urbano ímpar. Belém e Manaus transformaram-se em centros urbanos de crescimento acelerado, distinguindo-se não apenas pelas riquezas que ofereciam às investigações científicas, mas pelo volume das operações econômicas que ali se realizavam, desde o final do século XIX. A Amazônia exportava, juntamente com a borracha, toneladas de castanhas e de toras de madeira; o Brasil tributava a matéria-prima florestal, porém pouco consumia. A expansão do comércio dos produtos florestais levou a Amazônia a estruturar-se economicamente, nas primeiras décadas do século XX, com o estabelecimento de bancos comerciais, de companhias estrangeiras de comércio e colonização, e com concessões de terras a estrangeiros. Os naturalistas e os geógrafos que percorreram a Amazônia para inventariá-la serviam, ao mesmo tempo, aos interesses mercantis e políticos de suas pátrias, salientou Ferreira Reis. De fato, conforme se viu acima, as Ciências Naturais iam de par com a economia. Eram, nesse sentido, ciências coloniais.

Dos trabalhos exploratórios realizados pelas companhias comerciais que foram se implantando, chama a atenção aquele financiado pela empresa Reeves Blakeley, para a exploração da *Hevea brasiliensis*. Em 1923, foi realizado para esta empresa um estudo geológico, no Pará, pelo norte-americano W.L.Schury, geólogo e adido comercial da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, sob a assessoria do engenheiro brasileiro Avelino Inácio de Oliveira, geólogo da Seção Geológica e Mineralógica do Ministério da Agricultura, com a finalidade de verificar a possibilidade de aumentar a produção da borracha (REIS, 1968). Com os resultados desse trabalho, a empresa Reeves Blakeley solicitou a concessão de terras no Vale do Tapajós ao governo do Pará, que as concedeu, com isenção de impostos por 50 anos, prevendo a exploração dos seringais nativos e o plantio intensivo de seringueiras, bem como a utilização de outras matérias-primas produzidas no estado, o plantio de espécies vegetais de valor econômico, a exploração de minerais e da força hidráulica (Ibidem, p. 170). A empresa estabeleceu-se em dois lugares que se vieram a chamar Fordlândia e Belterra. Em 1939, os americanos abriram mão da concessão, em troca de pequena indenização pelas benfeitorias realizadas. O Governo Federal, através do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em meados daquele ano, passou a administrar o empreendimento. Pouco depois, o IAN – segundo instituto de pesquisas criado na Amazônia –, acabou por relegar o trabalho com as seringueiras, em Fordlândia e Belterra, embora tenha continuado as suas atividades de pesquisa na região, até ser transformado, nos anos 1950, em centro de pesquisas da Embrapa.

Os trabalhos de campo científicos na região amazônica foram intensos e contínuos, e provinham da iniciativa de diferentes lugares, principalmente de países europeus. Nas primeiras décadas do século XX, as expedições norte-americanas foram as mais sistemáticas na Amazônia. Em 1906, o americano Hamilton Rice realizou pesquisas geográficas, antropológicas e médicas no vale amazônico, acompanhado de grande equipe, indicando “um vasto mundo a conquistar para a civilização”, e visando a exploração econômica, ocupação humana, povoamento, enfim, visando a colonização (Ibidem, p. 171). Nas primeiras décadas do século XX, o governo dos Estados Unidos enviou à Amazônia várias missões científicas e médicas, sob o apoio de fundações como a Rockefeller. Durante a década de 1920, Fred Soper esteve na região pesquisando sobre doenças tropicais e trabalhando em saúde pública na Amazônia. Em 1948, ele presidiu a primeira reunião do IHA, em Belém. O trabalho de Soper sobre a prevenção da malária na Amazônia teve todo apoio do governo de Getúlio Vargas (SOPER, 1977; LÖWY, 2001).

As expedições científicas alternavam seus objetivos; tanto podiam realizar pesquisas sobre

as doenças, prestando, ao mesmo tempo, assistência à saúde pública, como podiam realizar pesquisas sobre os recursos da natureza com finalidade econômica. Neste caso, a Geografia era a ciência dominante, que continuava a desenvolver-se e a institucionalizar-se. Da mesma forma que os Estados Unidos e a França, a Inglaterra mantinha explorações para o reconhecimento das potencialidades naturais do país. No século XIX, os ingleses já haviam criado uma Companhia de Navegação na Amazônia, e construído o porto de Manaus, com moderna tecnologia, adaptada ao regime do rio.

Em 1921, o coronel inglês Percy Fawcett, em viagem pelo Mato Grosso, informava ao seu governo as condições que a região oferecia à colonização; falava do potencial mineral e das condições de vida do povo, dizendo que as melhores terras já estavam divididas entre fazendeiros que faziam suas próprias leis, e que, de resto, a vida social era esqualida, não vendo razão para que a Inglaterra investisse ali, em planos de colonização. Sugeriu deixar o Mato Grosso isolado. Sublinhava então que as notícias das potencialidades do norte do país eram mais promissoras, onde pretendia ir no ano seguinte. Ele aconselhava a exploração da região boliviana, entre o Mato Grosso e Santa Cruz de la Sierra, onde havia grandes possibilidades futuras de óleo combustível.⁸ Nesse momento, representantes diplomáticos do governo inglês estavam empreendendo viagens pelo norte do país.⁹

Em 1930, pouco antes do governo brasileiro dar um novo rumo à política federal, os governos estaduais da Amazônia fizeram as últimas concessões às companhias americanas The Amazon Corporation e American Brazilian Exploration Corporation, ambas de Delaware, e à Canadian Amazon Company Limited, cuja matriz era em Montreal. As cláusulas das concessões eram idênticas e previam o início imediato de pesquisas, devendo apresentar resultados em dois anos. Estavam previstas, a construção de estradas de ferro e de rodagem, a montagem de refinarias e de outros estabelecimentos industriais visando o beneficiamento de minérios. A pesquisa e a exploração compreendiam o carvão de pedra e os óleos vegetais.¹⁰

Em 1932, formou-se, na Espanha, um empreendimento científico, sob os auspícios da Sociedade de Geografia, para exploração da geografia física, geologia, mineralogia, botânica, zoologia, medicina, antropologia, etnologia, meteorologia e magnetismo da Amazônia. Era a formação da conhecida Expedição Iglesias, cujo projeto não saíria do papel, interrompido por um problema local. Um movimento entre peruanos e colombianos irrompeu, chegando a obrigar a intervenção da Liga das Nações. Esta nomeou uma comissão para atuar na zona de litígio, da qual fizeram parte o próprio Iglesias e o Marechal Rondon que, então, chefiava o Serviço de Proteção aos Índios do Brasil.

A crescente exploração do interior da Amazônia e a presença das companhias estrangeiras fizeram com que o governo brasileiro, nos primeiros anos da liderança de Getúlio Vargas, atuando sob uma política de centralização do poder, baixasse legislação de controle das expedições, terminando ainda com as concessões de terras. Criou, em 1933, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, ligado ao Ministério de Agricultura, ao qual todos os projetos, estrangeiros, ou brasileiros não institucionais, que visavam a exploração do meio ambiente

⁸ Colonel Fawcett. Extracts of a letter to Mr. Chilton. Rio de Janeiro, 25th January, 1921. National Archives of Kew, Doc. A 1136/6. O Coronel Fawcett foi, pouco depois, barbaramente assassinado, sem que o crime jamais fosse esclarecido.

⁹ H.M. Consul's Belém Report: tour to Manaus, 1948. Great Britain, National Archives, AS 5192/6; To North and North-east Brazil: report, 1948. Great Britain, National Archives, AS 3201/6.

¹⁰ Coincidentemente, alguns anos mais tarde, a pesquisa de exploração do petróleo, pela Petrobrás, criada em 1953, seria iniciada na Amazônia, sob a chefia do geólogo americano Walter Link. As concessões realizadas naqueles anos, da mesma forma que a pesquisa de Link, não deram resultado, tendo encerrado suas atividades na Amazônia, em pouco tempo.

brasileiro, deveriam ser dirigidos desde então.¹¹

O esboço do projeto desta nova instituição do Governo Federal foi elaborado no escritório do general e deputado Juarez Távora, que contava, naquele início da década de 30, com a assessoria de Paulo Estevão de Berredo Carneiro. Este assinalou em autobiografia manuscrita sua participação na elaboração deste projeto, sublinhando a consciência que formara desde muito cedo sobre a importância do conhecimento dos recursos naturais amazônicos. Já havia defendido nesta época sua tese sobre o guaraná – produto amazônico de origem indígena –, quando deixara claro que valorizava os produtos da natureza amazônica, visando o seu uso social. Sua participação na preparação do projeto do Conselho de Fiscalização das Expedições (CFE) demonstrava a preocupação com o controle sobre o espaço e tudo que este incluía, inclusive os conhecimentos indígenas.

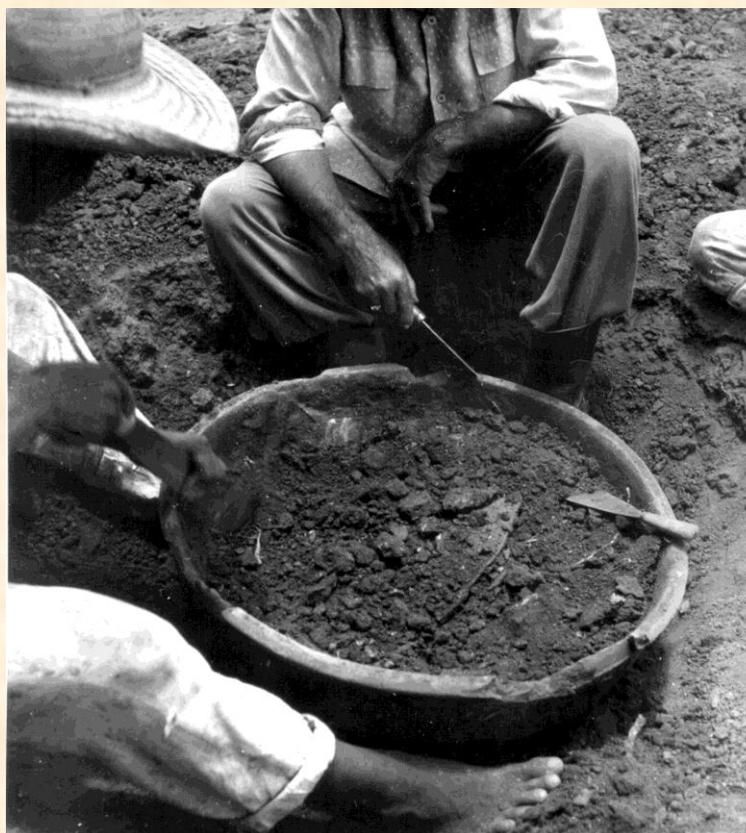


Figura 1 – Urna funerária. Expedição Etta Becker-Donner ao Território de Rondônia. Arqueologia e Etnografia, Austrália, 1954 (AHC/MAST, Fundo CFE).

Ferreira Reis, em seu livro, cuja primeira edição data de 1960, descreveu a história da “cobiça” sobre a Amazônia como um movimento que começou no século XVI, quando os ingleses, os holandeses e os franceses tentaram possuí-la. Ele considerou a exploração portuguesa legal, porém, chamou a atenção que todos, sem distinção, visavam a dominação do espaço físico. Os norte-americanos alegaram os interesses da humanidade e procuraram forçar o Brasil a abrir a navegação do Rio Amazonas ao comércio internacional, argumentando que o país não possuía recursos para transformar o potencial dos produtos da Amazônia em bens utilizáveis (REIS, op. cit.,

¹¹ O arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil é hoje parte do acervo do MAST, e foi listado no programa “Memória do Mundo” da UNESCO.

p. 224). Chamou ainda a atenção para o fato de que todo o empreendimento colonizador nunca se preocupou com a ocupação da Amazônia. O processo migratório para a Amazônia, mesmo aquele que fora realizado sob propaganda, para a exploração da borracha, se realizara aleatoriamente, sem planejamento, quando o problema era, na verdade, uma questão de segurança nacional e requeria o amparo do Estado e das “forças criadoras de riqueza”, como chamou a atenção Ferreira Reis (Ibidem, p. 238). Logo, sob esta visão, a ameaça da internacionalização política pairava sobre a Amazônia. Os organismos internacionais, para Reis, viam-na como um espaço disponível ao futuro, o que definia a “cobiça”. As pressões demográficas, as pressões da fome, as pressões do interesse econômico em torno das matérias-primas regionais, podiam conduzir a soluções profundamente humilhantes para o Brasil. Ferreira Reis, historiador, foi governador do estado do Amazonas.

Para ele, sempre empunhando a bandeira nacionalista e regionalista, a Amazônia era uma área geográfica dividida entre Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Equador (não incluía as Guianas), e o IIHA, o Instituto da Unesco, como ele o chamava, não professava exatamente os mesmos ideais da “cobiça” internacional. Para ele, Paulo Carneiro trabalhava com as melhores intenções. Sobre o projeto do IIHA, Ferreira Reis disse que ele tinha o mérito de pensar a Amazônia pela Amazônia, que ele deixava para trás estudos isolados, que visavam apenas enriquecer museus e jardins botânicos distantes, sem a menor preocupação com a Amazônia em si. Neste sentido, compreendia que para o IIHA, a internacionalização das ciências se definia pela planificação e coordenação das pesquisas, dos Andes ao Atlântico, em todas as bacias drenadas para o grande Vale, com a colaboração científica de especialistas altamente qualificados e indispensáveis à profusão e à complexidade dos problemas a considerar. O projeto, segundo ele, tinha sido mal interpretado tanto no país quanto no exterior: no Brasil, o Instituto Internacional tinha sido visto como um invasor imperialista e, no exterior, a considerar o livro de Robert Britain, *A luta contra fome*, na parte que falava do Instituto, o fantasma do imperialismo voltava a assustar, pois este último dizia que o IIHA seria um meio de romper com imposições de fronteiras nacionais sobre fronteiras naturais, que impediam o desenvolvimento do potencial produtivo em benefício de todos (Ibidem, p. 185-200). Desde a virada do século XIX para o século XX, o mundo vivia a Era do imperialismo econômico, que corroborou a colonização. Esta visão começou a ser questionada quando, em meados do século XX, a teoria da seleção das espécies passou a ser aplicada em defesa da diversidade biológica e por consequência, da diversidade social, que passava a ser aceita. Tal ideia norteou a ciência da Ecologia, então nascente e professada pelo IIHA. Nova, a teoria levaria ainda muitos anos para ser compreendida e aplicada, e ainda hoje não atingiu os ideais que o IIHA projetou.

4. Ciências para a Amazônia tropical

No início do século XX, a Geografia ganhou o aposto “humana” e a Etnologia tomou o lugar da velha Etnografia que marcara a literatura das expedições naturalistas. Depois da publicação do livro de Friedrich Ratzel, o combatido *Antropogeografia* (1882), o geógrafo francês Paul Vidal de la Blache reinterpretou a ideia cunhando-a de “Geografia humana”. Abria-se um campo de produção científica que redefinia as relações homem/natureza no entrecruzamento da Geografia com a Antropologia, o que contribuiu para dar novos rumos também à História.

O fato da mudança foi observado por aquele que veio a se tornar, ao lado de Marc Bloch, iniciador da teoria dos Annales e um dos grandes historiadores do século XX, Lucien Febvre. Quando eclodiu a Primeira Guerra, Febvre havia começado a elaborar suas ideias de que se devia considerar como objeto da história a ação dos homens sobre o meio geográfico. A paisagem, como resultado desta ação, deveria ser perpetuada pela História, contra uma outra de guerras ou de feitos dos reis, diria Marc Bloch, mais tarde, no seu livro *Apologia da História* (1949). O tempo histórico já

não era rígido e linear. A ideia de civilização, que fizera a glória das Ciências Naturais no século XIX, seria para Lucien Febvre, plural, isto é, não havia uma civilização, mas civilizações marcadas pela diversidade de culturas (FEBVRE, 1971; DOMINGUES, 1991).¹²

Todas essas ideias Lucien Febvre havia começado a elaborar em 1910, que devido aos problemas da Primeira Guerra, elas só foram finalmente publicadas em 1919, no livro *A Terra e a Evolução Humana*. Neste livro ele analisou detidamente o surgimento da “ciência nova”, como resultado do embate entre as ideias do determinismo geográfico com a Sociologia [chamada de morfologia social], embate que não fora pequeno. Para ele, a leitura que La Blache fizera de Ratzel minimizava a questão da dependência do homem ao meio, pois ele mostrava que o homem mantinha relação constante com a natureza. Isso, porém, não evitou o choque entre a Antropogeografia ou a Geografia humana e a Sociologia, que era também uma ciência jovem, ativa, em pleno crescimento, conforme observou Febvre (Ibidem, p. 29). Mais tarde, Jacques Le Goff reafirmou que as mudanças na Geografia e o surgimento da Geografia humana causaram um terremoto que abalou as Ciências Sociais e Humanas, dando bases à “nova história” e à “Antropologia social” ou “cultural”, como ficou conhecida nos Estados Unidos, ou à Etnologia, como era e é ainda conhecida na França. Estas ciências passaram a se utilizar desses novos instrumentos teórico-metodológicos (LE GOFF, 1990).

Entretanto, do ponto de vista da aplicação prática da nova metodologia das Ciências Sociais, o processo foi bem mais lento e o lugar dos homens neste contexto das ciências era ainda muito exíguo nas primeiras décadas do século XX. A Amazônia passava a ser reconhecida pela sua condição geográfica, pertencente ao mundo “tropical”. Em 1945, quando Paul Le Cointe publicou o livro *A Terra, a Água e o Ar* discutindo as condições geográficas, a flora, a fauna e os minerais amazônicos, proclamou, na conclusão, que o extrativismo se esgotaria tal como o solo, logo que era na agricultura que a Amazônia deveria apostar com vistas ao desenvolvimento. Porém, sublinhava que aos problemas do mundo tropical somente os princípios científicos dariam solução, pois eram “a base do rápido progresso e da prosperidade permanente”. Prosperidade que havia sido construída pelos primeiros colonizadores, que Le Cointe via como pioneiros atraídos pelo lucro rápido, que abriram caminhos e valorizaram as regiões mais centrais; prepararam o terreno para os que viriam depois fornecer os braços necessários para aproveitar as terras já percorridas e obter, pela cultura agrícola, as plantas úteis que os antecessores se limitavam a colher na floresta (LE COINTE, 1945). Esses braços viriam de fora, pela imigração; Le Cointe não considerava a sociedade local, que ali vivia depois de séculos.

Na mesma época em que Le Cointe estudava as questões amazônicas, o alemão Curt Nimuendajú (nome indígena adotado por Curt Unckel) estava na região fazendo etnografia, coletando artefatos indígenas para museus alemães enquanto realizava análises etnológicas que ainda hoje são referência para os estudiosos. Um exemplo são seus trabalhos sobre a cultura dos índios Ticuna, nos seus aspectos cosmológicos e sociais (FAULHABER, 2005). Ele não somente trocava os utensílios com os índios, mas buscava entender sua fabricação e uso, demonstrando que se alinhava à pesquisas etnográficas como as que vinha realizando Franz Boas, ex-aluno de Ratzel, considerado um dos iniciadores da Etnologia (GRUPIONE, 2002; FAULHABER, 2005).¹³ Nimuendajú esteve também em constante contato com Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, instituição que guarda parte do seu acervo, conforme assinalou Priscila Faulhaber.

Abria-se um novo campo científico para o estudo dos homens, que atravessado pela

¹² A mesma ideia seria depois retomada por Claude Lévi-Strauss, em *Raça e História*, um livro escrito para a UNESCO em 1954.

¹³ Priscila Faulhaber (2005) mostra a relação de Nimuendajú com Robert Lowie, antropólogo formado nos EUA, na nova escola de Boas. Lowie editou os trabalhos de Nimuendajú depois de sua morte, na Amazônia, junto aos índios, na década de 40.

Geografia e Arqueologia, ganhava forma a partir de antigos relatos etnográficos. Os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil também se inseriam no mesmo campo teórico. Em 1916, surgiu, no Estado do Maranhão, o livro *O Torrão Maranhense*, do professor de Geografia, Raimundo Lopes da Cunha, que, com entusiasmo, aplicou as ideias da Geografia humana, mostrando que era na relação que os homens empreendiam com o meio que ia se desenhando a paisagem local (LOPES, 1916). Na década de 1930, Raimundo Lopes encontrava-se no Museu Nacional do Rio de Janeiro, trabalhando na seção de Antropologia e Etnologia e dando aulas de Etnologia, nas quais trabalhava a antropogeografia. Nesta época começou a estagiar no Museu Luiz de Castro Faria, que, em 1938, acompanhou Claude Lévi-Strauss na sua viagem à Serra do Norte, no Mato Grosso, que se estendeu até à Amazônia. Castro Faria realizou um trabalho etnológico invejável, mostrando, com imagens e descrições no diário de campo, a relação das populações locais com o ambiente natural, definindo-a mais tarde como “ecológica” ou, mais precisamente, como “antropologia ecológica” (CASTRO FARIA, 2001). Lévi-Strauss, que tornou-se um dos grandes etnólogos do século XX, como resultado do trabalho naquela expedição que terminou na Amazônia, escreveu o conhecido *Tristes Trópicos* (1955). A Etnologia caminhava ao lado da Geografia, mas enquanto aquela preocupava-se com os aspectos sócio-culturais, esta preocupava-se com os aspectos econômicos das mesmas culturas.

Aa geografia da Amazônia provocou uma relevante interpretação científica das relações políticas, econômicas e sociais com o estudo de Pierre Gourou. Geógrafo, formado sob as ideias da “nova” geografia que entendia as diferenças regionais pelo clima e o meio, Gourou, depois de vários estudos sobre o meio ambiente tropical, inclusive o amazônico, considerava as ações dos homens sobre o meio como determinantes. Em 1947, no seu livro *Les pays tropicaux*, classificou os trópicos como um lugar inóspito, a “civilizar”, onde a insalubridade de um lado, a pobreza e a instabilidade dos solos, de outro, eram efeitos do clima que agiam profunda e visivelmente sobre o homem (GOUROU, 1947). Contudo, salientava, não era ao clima que se devia atribuir os problemas, mas ao fato de se deixar, social e politicamente, que o clima agisse livremente sobre os habitantes da maioria dos países tropicais. Para ele, a Ásia soubera criar condições de sobreviver dignamente nos trópicos. Tinham aprendido a obedecer a natureza dos trópicos (Ibidem, p. 144).

Pierre Gourou, depois de estudar a Amazônia brasileira, concluiu que os problemas causados pelas empresas inspiradas no espírito do lucro e na exploração do homem pelo homem haviam atingido o equilíbrio dos países tropicais. Os homens têm meios para curar as doenças. A civilização moderna abria aos países tropicais o mercado de comércio para os seus produtos: café, chá, cacau, borracha, etc., e a ciência moderna havia colocado à sua disposição as técnicas que permitiam conservar o solo e assegurar a colheita por tempo ilimitado; porém, a atração pela prática da coleta de produtos, na Amazônia, contra a agricultura, era ainda muito grande.

Segundo Gourou, na Amazônia, as plantações de cana tinham sido abandonadas pela coleta da borracha. Quando a economia da borracha fracassou, as populações do Rio Negro não praticavam nenhuma cultura agrícola de subsistência e, ainda nos 30 e 40, dependiam de produtos alimentares importados (Ibidem, p. 142). Ao mesmo tempo, no Brasil, os sistemas de *plantation* tal como haviam sido praticados contribuíram grandemente para a ruína dos solos. Não haviam observado um código de prudência e de precaução que estava na base do sistema agrícola das regiões quentes e úmidas. Com isto, a história econômica do Brasil ficara marcada por uma sequência de fracassos nas *plantations*, que terminaram por arruinar também o território que elas ocupavam: o da cana-de-açúcar, no séculos XVII e XVIII, nas regiões de Pernambuco; o do tabaco, na Bahia, no século XVIII; o do café, no século XIX, no Vale do Paraíba. Nessas terras a floresta jamais se recuperaria. Ele via a história da economia brasileira como um ensinamento negativo para a colonização branca de povoamento e para a agricultura de *plantations*.

“Somente se comanda a natureza tropical obedecendo-a”, dizia Gourou, afirmando ainda

que o desconhecimento desse princípio pelas intervenções europeias, nas regiões quentes e chuvosas, infligira graves problemas à natureza e aos homens. Impulsionados pela demanda comercial europeia, os índios podiam desenvolver imprudentemente certas culturas. Foi o que aconteceu com a colheita frenética da borracha na Amazônia, que não criou riqueza e quando terminou deixou atrás de si a ruína. Gourou chamava a atenção para os progressos científicos europeus, que estavam conseguindo proteger os solos e aumentar o rendimento dos produtos. Os problemas maiores a enfrentar eram, no caso dos trópicos, naquele momento, a insalubridade do clima, com as inúmeras doenças tropicais, que faziam o meio tropical menos humano do que o das latitudes temperadas e se mostravam menos favoráveis às atividades físicas e psíquicas. “Como os homens seriam numerosos, como construiriam uma civilização brilhante, se eram debilitados pelas numerosas e graves doenças, se suas técnicas agrícolas, de acordo com o clima, lhes asseguravam uma existência precária, se eles não tinham a medida do solo?” (Ibidem, p. 174)

Gourou fazia apologia dos conhecimentos científicos modernos, dizendo que esses colocavam à disposição dos homens descobertas químicas e biológicas que permitiam lutar contra as endemias tropicais; técnicas agrícolas que permitiam conservar o solo das *plantations* e assegurar colheitas por tempo ilimitado, aumentando assim os rendimentos. Afinal, sublinhava Gourou, o lugar dos trópicos no plano da economia mundial estava claramente indicado: “deviam ser os fornecedores de gêneros coloniais, mais precisamente de gêneros fornecidos sem perigo para os solos e plantações arborescentes, cientificamente conduzidas”. Pois, se todos os países eram solidários, a pobreza era contagiante, e quando atingia a alguns logo poderia causar a pobreza dos demais.

Dois anos mais tarde, em 1949, Pierre Gourou publicou *L'Amazonie, Problèmes Géographiques*, no qual se perguntava porque a Amazônia brasileira era tão escassamente povoada (GOUROU, 1949, p. 1-13). Devia-se atribuir tal fato ao clima? Não, respondia ele categoricamente. O clima quente e úmido havia permitido que grandes civilizações florescessem, na Ásia, por exemplo. Explicar-se-ia o fraco povoamento pela influência indireta do clima, que causava a insalubridade ou a pobreza dos solos? Também não, respondia ele; era preciso considerar que a Amazônia não era nenhum paraíso de higiene, que ali os obstáculos que se apresentavam eram os mesmos de outros países quentes e úmidos, o que não explicava a particularidade amazônica. Tampouco a pobreza dos solos poderia ser invocada, porque não era o caso: havia boas terras na Amazônia, apenas não houvera investimento, como houvera em Belém e seus arredores, onde a população não era escassa. Tampouco se poderia considerar que a floresta era fator da baixa densidade demográfica. Ora, dizia ele, a floresta amazônica é entrecortada por inúmeros rios que permitem a comunicação e o deslocamento, o que ficara provado pelos traços deixados pela civilização indígena da Amazônia até o sopé dos Andes, cuja característica era uma agricultura itinerante que se transmitia ao longo dos rios.

O que ocorrera na Amazônia fora um choque de civilizações. Ali, concluía Gourou, a intervenção europeia foi desastrosa para as populações indígenas. “Os europeus arrasaram a população amazônica e, por outro lado, não a colonizaram”. Os prejuízos infligidos à cultura indígena tinham sido irreversíveis e tinham causado uma diminuição enorme da população. Por outro lado, não podia produzir bons resultados o contato brutal entre uma civilização evoluída com uma economia comercial, como a dos europeus, e uma civilização atrasada com uma economia de subsistência, como a dos índios da Amazônia. Os portugueses, enquanto europeus, não mereciam nenhuma invectiva, haviam considerado os índios como bestas e lhes reduzido à escravidão; não tinham praticado política alguma de povoamento ou de colonização. As “drogas do sertão” foram a única preocupação das autoridades portuguesas, o que desenvolveu uma “mentalidade de coleta”, que impedia qualquer iniciativa de colonização ou de povoamento.

Gourou antepunha à colonização europeia do passado um conceito diferente de

colonização, que previa o povoamento por um movimento próprio, sem a organização de imigração sistemática e o desenvolvimento da agricultura intensiva e permanente. Esta deveria se basear nas ciências químicas e pedológicas, de certa forma, como vinha sendo empreendida pelo IAN, em Belterra e no vale amazônico, com a cultura da juta.¹⁴ Esta solução deveria se impor contra a “mentalidade da coleta”, herdeira da pré-história. Ou seja, Gourou sugeria uma prática colonial que considerasse os índios e sua cultura com parte ativa dela. Porém, nenhuma mudança epistemológica em relação conceito de natureza se anunciava em tal visão.

Na década de 1940, numa perspectiva etnológica, ou ecoetnológica, surgiu o livro *A Hiléia Amazônica*, de Gastão Cruls (CRULS, 1955). Médico, com grande interesse nos assuntos das Ciências Naturais, e frequentador do Museu Nacional, Cruls sempre se mostrou interessado no conhecimento da Amazônia, sobre a qual escreveu uma trilogia. Nos anos 20, antes de visitá-la, publicou *A Amazônia misteriosa*. Em 1929, participou de uma das últimas incursões da Comissão Rondon ao Amazonas. Logo depois desta viagem publicou *A Amazônia que eu vi e*, finalmente, na década de 40, publicou a sua análise científica da “hiléia amazônica”. Considerou a flora, a fauna e a etnografia, salientando a inter-relação entre cada uma dessas áreas. Na sua introdução afirmou que, olhados de cima, todos os verdes ficavam iguais, mas lembrava que na massa de verdura havia sempre qualquer coisa de cultura. No capítulo dedicado à etnografia indígena foi à cultura material que ele fez referência, pois falou do aproveitamento dos recursos naturais pelos índios, chamando a atenção para o processamento da flora, que havia levado estudiosos a cunharem a região do Alto Amazonas de “a província dos venenos” (Ibidem, p. 221).¹⁵

Na verdade, Gastão Cruls fez apologia dos conhecimentos tradicionais amazônicos, que ele reputava como de grande interesse científico. O exemplo eloquente era para ele a destreza do uso dos venenos – os curares. Falou especialmente do preparo e do uso destes, cujos conhecimentos instigaram estudos importantíssimos, como os de Claude Bernard, na França. Observou ainda que, no Brasil, o bioquímico Paulo Carneiro também se interessara pelos venenos, e havia conseguido analisar todos os seus efeitos fisiológicos a partir das raspas da casca de uma planta do Alto Amazonas (*Strychnus lethalis Barb. Rodr.*) (Ibidem, p. 224). Observava Gastão Cruls, que Paulo Carneiro fizera os seus estudos em continuidade à cultura indígena, respeitando-a, e não intervindo nela.

Paulo Carneiro estudou também o guaraná, outra planta típica do Amazonas e cujos efeitos enquanto bebida estimulante eram conhecidos e difundidos pelos habitantes da região, como se observou acima. Segundo Cruls, Paulo Carneiro, baseado na química orgânica de Liebig, realizou exaustivos estudos fisiológicos sobre o guaraná, mostrando o seu princípio ativo: a cafeína e o tanino (Ibidem, p. 44). Com esses estudos ficava evidente o valor que Paulo Carneiro devotava aos saberes indígenas e ao aproveitamento que se podia fazer da sua cultura, quando se estabelecia um diálogo com ela.

Gastão Cruls não falou do projeto do Instituto Internacional da UNESCO; no entanto, deixou claro que reiterava as ideias de Paulo Carneiro, autor do projeto. Entre outras afirmações, disse que a pesquisa na Amazônia era tarefa para todos os países que a integravam, o que era o ponto de partida do projeto do IIHA. Ele não deixava dúvidas que partilhava das mesmas ideias.

¹⁴ Nesta época, o trabalho científico em Belterra e Fordlândia já estava sendo abandonado, pois os resultados obtidos não compensavam investimentos.

¹⁵ Os estudos sobre a cultura material, que caracterizavam a Etnologia da época, classificados como estudos de antropologia ecológica, ou “ecologia humana”, já haviam aparecido no Brasil em trabalhos como os de Raimundo Lopes da Cunha (*Antropogeografia*, publicação póstuma, em 1956, pelo Museu Nacional) e Luiz de Castro Faria, que, no entanto, não divulgou seus primeiros trabalhos na época, mas que hoje se vê em *Diário da Expedição à Serra do Norte, Mato Grosso, 1938* (FARIA, 2001).

5. A recepção do IIHA e a Amazônia

Em 1952, o agrônomo Heitor Grillo, em reunião do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), onde se discutia a criação de novo instituto de pesquisa na Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), ao contrário de Gastão Cruis, afirmou sua completa oposição à ideia do IIHA, no qual o projeto do INPA se inspirava.¹⁶ Ele havia sido um dos idealizadores do IAN, sobre o qual deu, naquela ocasião, um depoimento. Disse que o IAN havia sido criado depois de estudos do problema da Amazônia, que ele pessoalmente havia empreendido, juntamente com o ministro da Agricultura, Fernando Costa. Naquele momento, o Instituto, que se localizava ao lado da cidade de Belém, possuía grandes instalações e os melhores cientistas americanos ali trabalhavam, tendo organizado a melhor biblioteca, idêntica à de John Lins, onde havia sido realizada uma mesa redonda reunindo técnicos brasileiros e norte-americanos, como o Prof. Carter, ex-presidente da Sociedade Científica de Washington, que tinha percorrido o Amazonas. Dentre os trabalhos do IAN destacava o inventário do que o Amazonas tinha de útil: um inventário botânico, um inventário da sua riqueza etiológica, um inventário florestal. A sessão botânica do IAN, dirigida pelo botânico Adolpho Ducke, contava entre seus colaboradores com os professores Breck, autoridade em gramíneas que havia se naturalizado brasileiro; Murgel, que tinha substituído Ducke, e que também era uma autoridade em botânica do Amazonas; e [Sylvio] Fróes. A instituição possuía seções de química de solo, de experimentação, mas, lembrava, o Instituto Agrônomo não fazia aquilo que o amazonense queria, que era a indicação imediata da solução dos seus problemas. Declarou que pudera verificar o “primarismo” daquelas populações e, sobretudo, a pobreza da sua política, que impediam que os bons técnicos pudessem realizar obra científica meritória, pois eram combatidos tenazmente. Eles queriam que o Instituto Agrônomo se transformasse num órgão de fomento e de distribuição de sementes, afirmando que, na Amazônia, confundiam a pesquisa científica com o fomento.

Grillo sublinhava que o Instituto Agrônomo era o único que estava em funcionamento no Amazonas, e poderia prestar bons serviços: as suas publicações tinham reconhecimento internacional; eram transcritas no *Biological Echo*, *Botanum Gazet*, etc; missões norte-americanas que corriam o Amazonas eram ali bem recebidas e acolhidas. Enfim, era um instituto que precisava ser olhado com os melhores olhos pelo Governo porque, ali, havia trabalhos fundamentais sobre os problemas básicos do Amazonas. Apesar de todas essas qualidades, dizia, nem os políticos e tampouco o povo do Amazonas compreendiam o Instituto, pois, “num local em que a vida é cara e onde há fome, ninguém entende o valor da ciência; compreende-se apenas o valor do alimento imediato, para satisfazer a necessidade material da fome”. Não se dava conta, no entanto, o quanto deveria estar distante da cultura local aquele que se vangloriava de ser o único instituto de pesquisa da Amazônia. Grillo opunha-se veementemente ao projeto do novo instituto, que apresentava orientações teóricas que iam na contramão do que preconizava para a região.

Com efeito, o IAN tinha sido criado em 1939 sob a justificativa de desenvolvimento agrícola da região tropical, da Amazônia brasileira (BRASIL, 1939).¹⁷ O instituto objetivava as pesquisas em Botânica, em Química, em Entomologia, em Fitopatologia, em Limnologia, em Zootecnia, e também pesquisaria técnicas de melhoramento de plantas, com a aplicação de estudos de Genética, etc. Tinha sido estruturado em seções especiais de heveacultura e de tecnologia da borracha; de horticultura; de silvicultura. Possuía estações experimentais e uma biblioteca bastante rica. Em 1945 foi criada uma Escola de Agronomia da Amazônia, ligada ao IAN. Este, pouco depois, passou a ser chamado Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), e atualmente é um centro de pesquisas da Embrapa.

¹⁶ Paulo Carneiro, amigo de Álvaro Alberto, presidente do CNPq, fez parte da comissão que elaborou este projeto.

¹⁷ O IAN foi oficialmente instalado em Belém (PA) somente em 1941.

O objetivo do IAN não era outro senão o de desenvolver a agricultura e a pecuária, visando diminuir a importação de bens alimentares e aumentar o nível de proteínas no consumo das populações locais; ou seja, objetivava “colonizar” a floresta, transformando-a num grande campo de produção agrícola. A criação e o funcionamento do IAN estavam conformes às ideias científicas que, em última instância, visavam “civilizar os trópicos”. A economia era o fator de convergência, numa sociedade em que homens e natureza existiam para render lucros.

Heitor Grillo, no depoimento que dera no CNPq, chamou a atenção sobre o problema do homem do Amazonas, sobre a questão da sua “proteção”, que estava jogada a comissões que, ora existiam, ora não. Dizia que a Amazônia contava apenas com alguma colaboração de instituições estrangeiras, especialmente da Fundação Rockefeller, mas não havia um órgão permanente de ação (CNPq, 1952). Sem citar, criticava a política que havia subestimado o apoio ao Museu Goeldi; de fato, seus arquivos registram que este Museu passou os últimos anos da primeira metade do século XX por problemas que o deixaram muito enfraquecido política e cientificamente.

Ao término da Segunda Guerra, no Brasil, encerrou-se também o período do governo ditatorial de Getúlio Vargas, tendo sido instituída uma nova Constituição no país, em 1946, quando foi eleita a Câmara Legislativa. Pela nova Constituição (Art. 199), ficava estabelecido que seriam destinados 3% da renda nacional para o “desenvolvimento” da Amazônia. Em decorrência disto, na Câmara Federal, foi proposto o Plano de Valorização da Amazônia, em cujo requerimento – n. 30/1946 –, a justificativa era reputada ao saldo da Segunda Guerra. Esta teria comprovado, e de uma maneira fantástica, que a Amazônia era um trampolim para a grande república “irmã” e “amiga” – os EUA –, ideia compartilhada pelos dois países, conforme se observava em entrevistas que vinham concedendo os seus dirigentes e responsáveis mais notáveis.¹⁸ Foi então aprovada a criação da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 11 de outubro de 1946, formada por representantes de cada uma das correntes políticas da respectiva região, isto é, dos estados do Pará, Amazonas, e dos territórios do Acre, Rio Branco, Amapá e Guaporé.

O Projeto de Lei n. 33/1946 criou, em seguida, o Departamento Nacional da Amazônia, com o fim de centralizar, unificar e superintender a execução do Plano de Valorização. Este Departamento seria integrado por uma divisão técnica composta por um representante de cada ministério: Agricultura, Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio. Considerava a Amazônia como uma região que abrangia os estados do Pará, Amazonas, os territórios de Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre, assim como o norte do estado do Mato Grosso, a partir do paralelo 16º, o norte do estado de Goiás, a partir do paralelo 12º, e o oeste do Maranhão, desde o meridiando 5º. Seria dever desse Departamento promover, junto à União ou aos estados, a desapropriação de quaisquer áreas que se tornassem necessárias ao estabelecimento de colônias e núcleos agrícolas, instalações hospitalares, centros de cultura, instalações industriais, abertura de estradas, campos de pouso.¹⁹

Porém, a fim de viabilizá-lo, foi imediatamente sugerido que fossem consultados os institutos científicos da Amazônia e também os que realizavam pesquisas na região, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Brasileiro de Tecnologia (INT), bem como, ficava previsto que os ministérios envolvidos com as questões da região deveriam dar opinião e informações técnicas à elaboração do plano, conforme discutido na Câmara Federal, em dezembro de 1946.²⁰ O Plano não prescindia do aval das instituições científicas e respectivas ciências, como a Geografia, a Estatística ou a Tecnologia industrial e agrícola, reconhecidamente importantes para a

¹⁸ Cf.: BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, 16/09/1946.

¹⁹ Idem.

²⁰ Cf.: BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, 20/12/1946.

Amazônia. Ao mesmo tempo, participariam das atividades de “valorização da Amazônia” o IAN, bem como o Museu Goeldi, que continuaria a operar normalmente com as pesquisas em História Natural. Ao mesmo tempo continuariam suas atividades na região as diversas instituições americanas que já vinham atuando na Amazônia, com suas pesquisas científicas, estatísticas, como a Organização para a Saúde e Doença (WHO), a Repartição Sanitária Pan-Americana (PASB), e a União Pan-Americana para Agricultura (PAU).

Ao mesmo tempo, na década de 1940, a Amazônia vivia o ponto mais crucial da crise do fracasso do investimento na cultura da borracha. Os inúmeros trabalhadores que para lá haviam se dirigido começaram a perder os seus empregos. Em julho de 1946, na Câmara Federal, foi nomeada uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar a situação dos trabalhadores enviados para a Amazônia, os chamados “soldados da borracha”. Foram analisadas questões diversas, do número de imigrantes, da saúde, das dificuldades enfrentadas pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), da alimentação, do transporte, todas tentando responder a mesma questão sobre o fracasso da política da borracha. Dentre as testemunhas ouvidas, as respostas se dividiam entre o fracasso e o sucesso, este visto pelos que ouviam Felisberto Camargo, diretor do IAN, para quem “a batalha da borracha era obra audaciosa e ingente, não era um fracasso, bastava simplesmente ver os números para comprovar”. Concluíam então os deputados que era preciso proceder a uma “revalorização tanto do homem, quanto da economia amazônica. Era preciso conhecê-la de perto para avaliar as dificuldades quase intransponíveis com que se lutava naquelas terras imensas, naquelas distâncias colossais que tinham de vencer”.²¹

Naquele momento, a política econômica do Governo enquadrava-se num horizonte amplo, pautado pelas ideias econômicas preconizadas pelos planos norte-americanos de desenvolvimento que acabaram por enquadrar o Brasil no “subdesenvolvimento”. Gilbert Rist (1996), em exaustivo estudo sobre a história da ideia de desenvolvimento, concluiu que nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial surgiu a ideia de subdesenvolvimento, não como o oposto à de desenvolvimento, mas supondo estágios sociais diferentes, numa situação de continuidade ao desenvolvimento (RIST, 2007, p. 123). Nesse processo as ciências e sua aplicação tecnológica ganharam o poder de superar o estágio mais atrasado – o subdesenvolvimento. A política econômica do governo brasileiro encaminhou-se naquela direção, na qual se enquadrava também o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Na visão do Estado, desenvolvimento econômico e desenvolvimento tecnológico eram faces da mesma moeda na Amazônia, mas não somente lá. Tal orientação não correspondia à visão científica que preconizava o projeto do IIHA.

Baseado nas premissas da ecologia, o IIHA visava empreender um estudo sobre a maneira de estabelecer um modo de vida aceitável na região das florestas equatoriais, buscando entender “a luta para a vida”.²² Tudo no projeto, diria o seu autor Paulo de Berredo Carneiro, “reflete a preocupação com o homem amazônico na luta titânica que vem sustentando contra um meio hostil, ao abandono e ao desamparo. Vivendo naquelas condições os habitantes da Amazônia haviam dado à civilização moderna um dos fatores mais decisivos do seu vertiginoso progresso: a borracha.”

As premissas do projeto do IIHA não perderam a atualidade, quando se pensa que as Ciências Naturais e até mesmo as pesquisas espaciais sobre o meio ambiente, especialmente o amazônico, cruzam questões climáticas e conhecimentos tradicionais sobre os recursos naturais, na busca de uma agenda comum para o desenvolvimento sustentável.

²¹ Cf.: BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, 26/09/1946.

²² UNESCO Archives, 1C/23.

Referências

- ABOU, Sélim. *La république jésuite des Guaranís et son héritage: 1609-1768*. Paris: Perrin, UNESCO, 1995.
- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth C. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira).
- BASSALO, Filardo; LIMA, Waterloo Napoleão de. Pesquisadores franceses em Belém do Pará; a Escola de Química Industrial. In: HAMBURGER, Amélia; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (Orgs.). *As ciências nas relações Brasil-França, 1850-1950*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996. p. 183-188.
- BENOIT, Sébastien. *Henri Anatole Coudreau, 1859-1899*. Dernier explorateur français en Amazonie. Paris: L'Harmattan, 2000.
- BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, ano 1, n. 64, 20/12/1946. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20DEZ1946.pdf#page=>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, ano 1, n. 17, 16/10/1946. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16OUT1946.pdf#page=>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- BRASIL. Câmara Federal. *Diário do Congresso Nacional*, ano 1, n. 3, 26/09/1946. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26SET1946.pdf#page=>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 1.245, de 4 de maio de 1939. Cria o Instituto Agrônomo do Norte, subordinado ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1245-4-maio-1939-349137-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar*. Diário da Expedição à Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2001.
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1977.
- _____. *Viagem ao Tapajós*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940 (Coleção Brasileira).
- _____. *La France Équinoxiale*. Études sur les Guyanes et l'Amazonie. Paris: Challamel Ainé Éditeur, Librairie Coloniale, 1886. t. 1^{er}.
- CRULS, Gastão (1944). *A Hiléia Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, (Coleção Brasileira, Série Grande Formato).
- DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v.
- DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. L'UNESCO et les projets sur l'homme et la nature. In: 60 ans d'Histoire de l'UNESCO. Paris, 16-18 Novembre 2005. *Actes du Colloque International*. Paris: UNESCO, 2007. p. 395-400.
- _____. *A construção da nação na visão dos construtores do Império*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1991.
- FAULHABER, Priscila. O etnógrafo e seus "outros": informantes ou detentores de conhecimento especializado? *Estudos Históricos*, n. 36, p. 111-129, 2005.
- FEBVRE, Lucien. (1922). *A Terra e a Evolução Humana*; Introdução Geográfica à História. Lisboa: Ed. Cosmos, 1991.
- _____. *Pour une Histoire à part entière*. Paris: EHESS, 1982.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Edição fac-similar da primeira edição publicada na *Revista do Instituto Histórico e Etnográfico Brasileiro*. [Belém]: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. História das explorações científicas. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922. v. I, p. 856-910.

GOUROU, Pierre. L'Amazonie, problèmes géographiques. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, v. II, n. 5, p. 1-13, 1949.

_____. *Les Pays Tropicaux*; Principes d'une géographie humaine et économique. Paris: PUF, 1947.

HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert. Introduction. In: KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert (Eds.). *Science in the field. Osiris*, Serie 2, v. 11, 1996.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Voyage sur L'Amazone*. Choix de Textes, Introduction et Notes de Hélène Minguet. Paris: François Maspero, 1981.

_____. *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique meridionale*. Paris, 1745.

LE COINTE, Paul. *O Estado do Pará: A Terra, a Água e o Ar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira).

_____. *L'Amazonie Brésilienne. Les pays, ses habitants, ses ressources*. Notes et statistiques jusqu'en 1920. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1922. 2 v.

LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 1989.

_____. (1955). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1979.

LOPES, Raimundo. *O Torrão Maranhense*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

LÖWY, Ilana. *Virus, moustiques et modernité: la fièvre jaune au Brésil entre science et politique*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2001.

PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, p. 265-292, 2000.

PETITJEAN, Patrick. Auguste Chevalier, Paul Le Cointe e a Amazônia: plantas úteis entre a botânica colonial e a etnobotânica. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; KLEICHE-DRAY, Mina; PETITJEAN, Patrick (Orgs.). *História das substâncias naturais: saberes tradicionais e química*. Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro: MAST/MCTI, Paris: IRD, 2012. p. 61-108.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

_____. (1960). *A Amazônia e a cobiça internacional*. 3ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Record, 1968.

RIST, Gilbert (1996). *Le Développement*. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Po, 2007.

SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. VIII (supl.), p. 899-924, 2001.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paranaense entre o Império e a República*. Brasília: IBRAM, Belém: MPEG, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SANTA-ANNA NERY, Frederico José de (1885). *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979.

SOPER, Fred Lowe. Ventures. In: DUFFY, John (Ed.). *World Health: the memoirs of Fred Lowe Soper*. Washington (DC): Pan American Health Organization, World Health Organisation, 1977.

SOUZA, Gastão Galvão de Carvalho. As Conferências de Agassiz após seu retorno da Amazônia (maio de 1866). In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; PUIG-SAMPER, Miguel Angel; GUTIÉRREZ, Rosaura Ruiz (Orgs.). *Darwinismo, Meio Ambiente, Sociedade*. São Paulo: Via Lettera, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 101-112.

WALLACE, Alfred Russel. *Una narración de viajes por el Amazonas y el Rio Negro*. Tradução de Rafael Lassaletta y Jose Alvarez. Iquitos-Peru: Monumenta Amazônica, 1992.